

Falta verde, sobra burocracia

ADALTO CRUZ

CORREIO BRAZILIENSE

21 ABR 1989



Afonso Hellododo culda da história do Memorial JK. Ana Cláudia só lamenta a falta de uma praia

Em tempo de discussão agitada sobre a preservação ambiental, Brasília já pode se "orgulhar" de figurar na lista das regiões nacionais que contribuem para elevar o índice do desmatamento brasileiro. Estudos recentes de fotografias obtidas através de satélites confirmam que da cobertura original encontrada nos anos 60, restam hoje apenas 30 por cento, o que caracteriza o elevado índice de desmatamento nestes 29 anos de existência, principalmente através da prática de queimadas.

Isto tudo aconteceu em menos de três décadas, pela falta de um planejamento, que acabou contemplando o Entorno da capital com a presença de mini e médios produtores rurais, que desmatavam para depois plantar suas culturas.

Mesmo tendo em sua estrutura de poder órgãos teoricamente estruturados e farta legislação de defesa ao meio ambiente, ainda assim a poluição já atinge Brasília, quer pela água, pelo solo ou pelo ar. Tão graves foram se tornando estes problemas, que há três anos o Governo do Distrito Federal criou uma secretaria especial para cuidar dos assuntos do meio ambiente. Hoje, contudo, embora o esforço de sua direção e o empenho da equipe técnica, a falta de um orçamento adequado torna a Secretaria Especial do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) um órgão impotente para atacar e conter tantas agressões ambientais.

Mais do que conviver com o desmatamento, o brasiliense também acompanha a alteração significativa do ecossistema da região do Planalto Central. Além disso, as práticas agrícolas sem controle ou fiscalização acabam contribuindo para poluir principalmente os mananciais que abastecem a cidade, através do uso frequente de agrotóxicos.

Não fosse por estas ações, ainda assim tais mananciais estariam contaminados. Na barragem do Descoberto, por exemplo, que fornece cinco metros cúbicos de água por segundo, o lago está comprometido pois além da agropecuária intensiva às suas margens, ali desaguam, sem qualquer pré-tratamento, material orgânico de pocilgas e matadouros, de aves. Isto tudo acontece com o pleno conhecimento da Companhia de Água e Esgotos de Brasília e de outros órgãos fiscalizadores, que se limitam a denunciar o problema mas sem adotar qualquer atitude punitiva contra os poluidores.

É um problema antigo, o do Descoberto, assim como o do Córrego Crispim, que abastece o Gama. Ele recebe os despejos do hospital regional da satélite, igualmente sem qualquer tratamento antes de chegar ao manancial. E se a jovem Brasília — que já convive com a previsão de falta d'água se não desenvolver um projeto em torno de 150 milhões de dólares — for buscar alternativas de abastecimento em outros mananciais, como o projetado para a bacia de São Bartolomeu, ainda assim se defrontará novamente com a poluição.

A Caesb, por sua vez, garante que a qualidade da água é boa — "uma das melhores do Brasil", como afirmam alguns de seus técnicos — mas não divulga os índices de contaminação, como se tal informação não interessasse ao consumidor.

FUMAÇA

O fato de Brasília estar livre das grandes concentrações industriais não impede que sua população fique exposta, com frequência, aos problemas provocados pela fumaça dos ônibus, ou menos das indústrias. No final do ano passado, por exemplo, técnicos da Sematec constataram que a concentração de monóxido de carbono e material particulado na plataforma inferior da Rodoferroviária, alcançavam índices insuportáveis para a saúde humana.

As pessoas que trabalham naquele ambiente sufocante estavam sujeitas a contrair doenças gravíssimas, entre elas o câncer. Hoje, passados cinco meses da constatação, poucas alterações foram feitas no local para resolver o problema. A Sematec não sabe se tais iniciativas foram eficientes e não realizou qualquer outra inspeção neste sentido.

O mal de apenas constatar o desrespeito à legislação e não exigir seu cumprimento, não é uma característica exclusiva dos órgãos governamentais. O próprio Judiciário já entrou nesta roda-viva e se julga impotente para fazer cumprir, no mínimo, suas determinações. Na onda de tantas denúncias, foi criada a Curadoria do Meio Ambiente, no âmbito do Tribunal de Justiça. Começou atuando com fôlego e ameaçando de punições todos quantos fraudassem a legislação. Chegou a liderar uma Operação Fumaça que foi sustentada pela imprensa por alguns dias. E só.

PROIN

Em meio a estas constatações, surge outra polêmica: o Proin, Programa de Desenvolvimento Industrial, criado no final do ano passado, mas até hoje não implementado, envolvido em constante discussão que atinge até Goiás. E o primeiro grito de alerta surge exatamente dos ecologistas, como o professor Carlos Augusto Fernandes, da UnB, que defende a ocupação dos lotes destinados aos setores industriais nas satélites, ao invés de serem criadas novas áreas: "Mesmo porque se existem incentivos e recursos para financiar a instalação de indústrias para Brasília, que se aplique este dinheiro, prioritariamente, em programas de controle ambiental".